

Projeto do Senado prevê limite de US\$ 7 bilhões para as reservas do País

por Marta Salomon
de Brasília

renegociação ou sob custódia.

CONVERSÃO

A conversão da dívida externa em ações das empresas estatais também será limitada pela resolução do Senado. Um dos dispositivos determina que a conversão será obrigatoriamente em leilões nas bolsas de valores e com desconto por parte do credor. As restrições coincidem com o pensamento do governo, exposto pelo embaixador Dauster à comissão de assuntos econômicos do Senado.

Outro parâmetro importante deverá condicionar o pagamento de juros e serviço da dívida à real disponibilidade de cruzeiros no orçamento da União. Segundo Cardoso, o Senado quer impedir a emissão de títulos e o conseqüente endividamento interno para cobrir a remessa de dólares ao exterior.

Por sugestão do governo, os senadores desistiram de transferir a competência para julgar eventuais litígios entre a União e os credores do foro de Nova York para um foro brasileiro. O projeto de resolução prevê a arbitragem nos moldes das Nações Unidas: um árbitro indicado pelo credor, outro pelo devedor e um terceiro de comum acordo ou indicado pelo presidente da Corte de Haia.

Os parâmetros a serem definidos pelo Senado já deverão valer para a negociação com os bancos privados, prevista para começar em outubro. Representantes do PMDB, PSDB, PFL e PDS — partidos que detêm as maiores bancadas no Senado — estão empenhados na aprovação do projeto de resolução no plenário antes das eleições.

As reservas cambiais brasileiras não poderão ficar abaixo de um limite mínimo correspondente a quatro meses de importações. A manutenção das reservas em torno dos US\$ 7 bilhões e das regras que a comissão de assuntos econômicos do Senado deve aprovar hoje para negociação da dívida externa.

O texto do projeto de resolução foi fechado ontem à noite pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), depois de uma negociação que envolveu os principais partidos no Congresso Nacional e representantes do governo. "Os parâmetros vão ajudar o governo diante de eventuais imposições dos bancos credores", avaliou Cardoso. A fixação de limites mínimos para as reservas cambiais foi defendida pelo negociador da dívida, embaixador Jório Dauster.

A Constituição atribuiu ao Senado a tarefa de "dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externas", além de autorizar essas operações. Desde o início do governo Fernando Collor, o embaixador Dauster vem buscando junto a lideranças partidárias o que classificou de "retaguarda política" para a negociação. O projeto de resolução não deverá surpreender o governo, muito menos "atrapalhar" a negociação, conforme avaliou Cardoso.

A resolução do Senado também impedirá qualquer tipo de pagamento "simbólico" aos bancos credores, informou o relator. Segundo ele, o pagamento de juros só poderá ser feito após o acordo de